

TERRITÓRIO EM DISPUTA: O conflito de Buerarema e os Povos Indígenas no Livro Didático de Geografia

Gilvan Santos da Silva Júnior [1]
Evelin Amparo dos Santos[2]
Lina María Hurtado Gomez[3]

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Livro Didático; Povos indígenas.

INTRODUÇÃO

O ensino escolar reproduz estereótipos e preconceitos, ou silencia a trajetória indígena no uso e ocupação do território, reduzindo-os a agentes passivos ou personagens do passado, desconsiderando as lutas territoriais. De uma forma geral, as narrativas priorizam a colonização europeia e a cultura dominante, colocando os povos indígenas em um papel secundário ou invisibilizando-os.

Diante do exposto, é fundamental que a educação escolar busque promover reflexões acerca das injustiças socioeconômicas, culturais e territoriais que esses povos sofreram/sofrem, e resgatar o protagonismo que têm na constituição da cultura e diversidade do país, contribuindo com o pensamento crítico dos alunos, sobre parte importante de nossa história.

Assim, este trabalho apresenta os critérios para analisar a forma como é abordada a questão indígena no livro didático de geografia utilizado no município de Buerarema. A pesquisa envolve a experiência de vida de um dos autores, como aluno não- indígena da Escola de ensino fundamental Doralice Bastos no período dos conflitos, além de uma revisão e sistematização da literatura, análise e interpretação do livro didático trabalhado na rede

[1] Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz.
[2] Graduanda de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz.
[3] Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, professora titular do curso de Geografia pelo Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais na Universidade Estadual de Santa Cruz.

pública de ensino de Buerarema-Bahia, usando uma abordagem mista, com levantamento bibliográfico. Estes avanços fazem parte de um Trabalho de Conclusão de Curso, em elaboração, da Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz, que tem por objetivo analisar como a Escola contribui na relação antagônica e conflitiva que a sociedade tem com os povos indígenas, e como isso se relaciona com os conflitos territoriais em Buerarema.

ENSINO DA GEOGRAFIA E CONFLITOS TERRITORIAIS EM BUERAREMA

O município de Buerarema-BA está localizado na região sul da Bahia, território ancestral indígena, que teve seu processo de desterritorialização iniciado pela implementação das capitanias hereditárias e da indústria açucareira (Marcis, 2004). O Território Indígena Tupinambá de Olivença está localizado entre os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una, ocupando, respectivamente, cerca de 64.77%, 12.81% e 22.17% da área municipal, sendo composta por 23 comunidades indígenas.

Este município tem sido palco dos conflitos entre o povo Tupinambá da Serra do Padeiro e fazendeiros, pela apropriação/dominação desse espaço geográfico. O processo de retomada do território ancestral pelo povo Tupinambá a partir do ano 2004, visando a recuperação do território e a demarcação das terras indígenas, foi explicado na escola como "invasão de terras por falso- índios", que "tomavam à força as terras de alguns fazendeiros e pequenos produtores", impondo assim a visão de um grupo de atores envolvidos na disputa pela terra e negligenciando o outro lado da história.

Como consequência disso, os estudantes indígenas deixaram de frequentar as escolas públicas municipais, e assim houve um aumento importante da evasão escolar, sucateamento de escolas do campo, segregação étnica entre alunos, desigualdade no acesso à educação, além de parcialidade nas discussões sobre os conflitos.

Segundo Nascimento (2022), a produção do espaço, inclusive do espaço escolar, é resultado de um processo complexo, que envolve tanto a produção social e os meios de produção quanto as subjetividades relacionadas à reprodução da vida dos sujeitos que compõem a sociedade. Os professores trazem consigo uma trajetória de vida, formação acadêmica, política que reflete na sua prática docente. Eles vivenciam o conflito, sendo moradores do município e possuem vínculo com os diferentes atores do conflito, e por esses motivos seus posicionamentos não são neutros, e são transmitidos em sala de aula influenciando a forma que os alunos entendem e vivenciam essa realidade. Isso tem reflexos na construção de valores sociais, contribuindo para o estabelecimento de visões de mundo.

POVOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA: SuperAÇÃO!, DA EDITORA MODERNA

Apesar do protagonismo que os povos originários têm, a educação brasileira historicamente é pensada por uma lógica que silencia as narrativas indígenas e sobrepõe uma hegemonia cultural e educacional, negando a pluralidade e diversidade da formação territorial brasileira. Estes grupos historicamente marginalizados, como afirma Santomé (1995), além de serem silenciados, são estereotipados, pois não dispõem de estruturas de poder para visibilizar sua visão de mundo e assim são anuladas também suas possibilidades de reação.

A construção do currículo escolar prioriza uma visão colonial da história e da cultura, em detrimento das ricas e variadas tradições e saberes indígenas. A marginalização da

presença e atuação dos indígenas no currículo escolar não apenas silencia as ações de resistência e as histórias indígenas, mas perpetua estereótipos e preconceitos, contribuindo para a desumanização desses povos.

Durante mais de três séculos de colonização foram documentadas diversas frentes de resistência indígena à subjugação dos colonizadores. Segundo Fulkaxó (2019), a resistência indígena foi constante durante todo o processo de dominação luso-cristão, e estava associada diretamente à sua própria formação cultural, pois tinham uma cultura própria e um modo de vida peculiar que foi construído historicamente.

Edson Kayapó explica que o currículo escolar tende a transmitir uma visão simplificada e limitada dos povos indígenas, que são vistos como "atrasados", "exóticos" ou "homogêneos". Assim é reforçada a imagem de que vivem de forma única e imutável, ignorando a diversidade cultural, linguística e social de mais de 300 povos indígenas no Brasil, e as dinâmicas identitárias. Dessa forma, aponta a necessidade de reconhecer e respeitar a pluralidade dos povos indígenas no ensino escolar, incentivando uma compreensão mais profunda da cultura indígena (BRITO, 2019). Esses silenciamentos e preconceitos se mantém, apesar da publicação da Lei nº 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental, médio e superior, e que propõe conteúdos programáticos para entender o protagonismo desses povos na formação territorial do Brasil, compreendendo também suas lutas e resistências.

O livro didático, como principal recurso para o ensino, orienta professores e estudantes na compreensão de diferentes conteúdos, por tanto tem um papel fundamental reforçando ou desconstruindo essas visões hegemonizadas do território, da escola, bem como preconceitos e estereótipos.

Segundo Loback e Bezerra (2018), a análise do livro didático deve considerar alguns critérios que garantam a adequação do material ao contexto educacional, a partir de uma perspectiva decolonial. Entre esses critérios destacam-se: o estímulo ao pensamento crítico; a inclusão da diversidade e questões sociais; a qualidade visual e gráfica; a adequação pedagógica, didática e metodologia, entre outros.

Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007) utilizam também alguns critérios de avaliação para análise do livro didático como a análise conceitual dos conteúdos; o índice e a estrutura do livro; a diagramação; a linguagem; as atividades propostas, além da análise da capa, autores e da apresentação do livro. Esses critérios serão utilizados para analisar o material pedagógico utilizado no município.

Para Bittencourt (2003), o livro didático desempenha o papel de mediador entre o saber acadêmico e o escolar, adaptando conteúdos por meio da criação de padrões linguísticos específicos, organização lógica de capítulos e conceitos, uso de ilustrações e elaboração de resumos, tornando o conhecimento acessível ao público estudantil. Com base nisso, será realizada a análise do livro didático.

Neste trabalho é analisado o livro didático de Geografia, SuperAÇÃO!, da editora Moderna, disponibilizado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), utilizado no 7° ano da rede pública de ensino de Buerarema-Ba. Pergunta-se de que forma é abordada a questão indígena nos capítulos 1 que aborda "O Território brasileiro"; e o capítulo 3 que aborda a "Formação Territorial do Brasil"

O capítulo 1 intitulado "O Brasil e seu território" apresenta algumas características do Território brasileiro como dimensões, limites, fronteiras, soberania e soberania nacional. A abordagem desses itens deve ser realizada a partir de uma perspectiva que considere não apenas o olhar colonial, mas também aspectos espaciais, culturais e históricos dos povos indígenas que constituem a identidade territorial do país. Brito (2019) defende que a escola precisa adotar um novo olhar, guiado por outros princípios, baseados em uma ética e uma

lógica diferentes. Segundo ele, isso é simples de ser compreendido, desde que se reconheça que a nação brasileira não é homogênea, mas atravessada por uma diversidade de identidades, línguas e formas distintas de organização sociocultural.

Na construção do território nacional, Brito (2019) afirma que o território como conhecemos hoje só foi possível graças aos próprios indígenas que, sob pressão do Estado, se mantiveram ocupando as faixas fronteiriças garantindo assim a soberania contra possíveis invasores estrangeiros. Assim, a partir do pensamento crítico é possível repensar as narrativas hegemônicas sobre o território brasileiro que estão presentes nos livros didáticos. Os povos indígenas, com suas territorialidades, desempenham um papel fundamental na construção do território brasileiro, através de suas práticas e modos se relacionar com a terra e estabelecer suas territorialidades, desafiam as concepções coloniais de propriedade e exploração e que são invisibilizadas nos livros didáticos.

Diante disso, esse capítulo do livro didático aborda as questões indígenas de forma estereotipada, ancorada na visão europeia do século XVI, como exemplo, na página 23, é proposta uma atividade para aprofundar a discussão dos conteúdos abordados onde é possível notar alguns pontos problemáticos como: I- a presença incipiente do conteúdo sobre os povos indígenas no capítulo; II- a abordagem estereotipada sobre os povos indígenas em apenas uma questão que aponta associa as características físicas dos indígenas à sua identidade.

De acordo com Brito (2019) a estereotipação dos povos indígenas nas escolas é problemática, pois simplifica e distorce a rica diversidade cultural desses grupos, prejudicando a compreensão e o respeito que deveriam ser promovidos no ambiente educacional. Ele argumenta que essa visão reducionista não apenas ignora as particularidades de cada povo, mas também perpetua preconceitos que dificultam a valorização de suas identidades, saberes e territorialidades.

Já o capítulo 3, que trata da "Formação territorial do Brasil", expõe o conteúdo de forma bastante aligeirada, sem o aprofundamento e amplitude necessária para proporcionar uma boa sistematização dos assuntos abordados. Além disso, é evidente a visão colonizadora presente ao longo do capítulo, apagando a história, cultura e territorialidades indígenas que fizeram e fazem parte do processo de formação do território brasileiro.

No trecho **"O povoamento do território** - O processo de povoamento do território brasileiro por povos não indígenas teve início no litoral, sobretudo com a exploração do pau-brasil." (p. 36), o povoamento desse espaço que posteriormente seria chamado de Brasil, deveria ser contado a partir dos primeiros povos que ocupavam esse espaço, que em seguida, constituíram através de processos históricos a produção de seus territórios. Falar do povoamento a partir da chegada dos Europeus em 1500 é negar toda história, cultura, religiosidade ancestral dos povos indígenas, negando seu direito ao território e a existência.

Entre as páginas 40 e 43 são expostas duas sessões que tratam dos povos indígenas, porém, descontextualizadas com a proposta de conteúdo que o capítulo aborda. Além disso, dentro das sessões, os estereótipos são reforçados, como na página 43, que se refere às atividades comerciais desenvolvidas pelos indígenas, na produção de cestas, esteiras, redes e canoas, além de caças, pesca e extrativismo. Esse entendimento que associa os indígenas a práticas de menor relevância econômica e social, encarcera esses povos em uma realidade paralela aos processos históricos e geográficos que ocorreu ao longo de séculos de transformações territoriais, socioculturais e ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola possui um papel fundamental na sociedade, e o currículo segue a narrativa colonial para manter a colonialidade. Entender como esse processo de formação territorial brasileiro ocorreu através das vozes historicamente silenciadas, e como essa narrativa colonial adotada pela cultura dominante reflete nas interações entre os diversos grupos sociais é de suma importância para a comunidade escolar.

Através da análise do livro didático, é possível identificar as lacunas presentes nas narrativas dominante e pela crítica a ele, elucidar a participação fundamental dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira. Compreender como o material fornecido pelo sistema educacional aborda a formação territorial pelas ações dos povos indígenas é indispensável para entender todo genocídio que esses povos sofreram no passado, e por quais motivos se perpetua atualmente.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, C. Livros didáticos entre textos e imagens. In: (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 8. ed. São Paulo, Contexto, 2003, p. 69-90.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Dispõe sobre a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena e modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Brasília, DF. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

BRITO, E. M. A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil: O que a escola tem a ver com isso? In: Gersem Baniwa.José Ribamar Bessa, Graça Grauna, Bruno Kaingang, Ailton Krenak. (Org.). Culturas indígenas, diversidade e educação. 01ed.Rio de Janeiro: SESC, **Educação em Rede**. 2019, v. 01, p. 56-81.https://ja.sescpa-educacaocorporativa.com/_files/ugd/ae8ac8_23933b99d277477b988755a1d480ad9f.pdf#page=57

FULKAXÓ, Nankupé Tupinambá. Resistência indígena: Discursos, Fé e Negociações. Em: _____. Entre cartas, crônicas e textos jornalísticos. O que fizemos com nosso povo? Camaçari, BA, **Pinauna Editora**, 2019. P. 43-53.

GARCIA, V. MARTINEZ, R. GARCIA, W. SuperAÇÃO!: geografia. 1ª edição. São Paulo: **Editora Moderna**, 2022. P. 16 – 39.

LOBACK, Victor; BEZERRA, Amélia Cristina Alves. A formação territorial do Brasil nos livros didáticos de geografia: em busca de uma análise descolonial . **Geografares**, Vitória, Brasil, n. 27, p. 103–120, 2018. DOI: 10.7147/GEO27.20578. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/20578. Acesso em: 21 set. 2024.

NASCIMENTO, Glaucia Pereira; KATUTA, Ângela Massumi; DE OLIVEIRA, Danielle Willemann Sutil. Os processos educativos vistos do lado de cá e de lá:: a confluência da educação formal e não formal na escola da periferia e seus múltiplos significados. Boletim Paulista de Geografia, v. 1, n. 108, p. 24-49, 2022.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I; CACETE, N.H. Para Ensinar e Aprender Geografia. São Paulo: Ed. **Cortez**, 2007.383p.

SANTOMÉ, J. S. As culturas negadas e silenciadas no currículo. *in*: SILVA, T. T. Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: **Vozes**, 1995, p. 150 - 177.